

BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS: QUESTÕES DE GÊNERO, PODER E RESISTÊNCIA

Mariana Ferreira da Silva (UFG)
mari_avendano@hotmail.com

Há muito se vem estudando os padrões de comportamento do que se convencionou chamar de “feminino” e “masculino”, bem como as funções sociais que se esperam de cada gênero, considerando-se o papel determinante das diferenças sexuais na atribuição dos papéis sociais. Quer dizer, são questões carregadas de ideias e valores a respeito do que deveria ser o homem e a mulher, como afirmam Nunes e Silva (2000), que entendem a identidade de gênero como um conjunto de significações que explicam o que é ser homem e o que é ser mulher.

Pensando as relações de gênero ligadas a questões de poder, têm-se um cenário nacional no qual muitas discussões têm sido feitas em prol de mudanças de valores em direção à igualdade dos sexos, especialmente com o crescimento do movimento feminista, desde a luta pelo direito ao voto feminino, até as preocupações nos campos social, cultural e político.

Neste estudo, o foco se encontra nos mecanismos de controle e normalização presentes no ambiente da brincadeira, especialmente considerando os brinquedos. De que maneira esses objetos simbólicos orientam a conduta das crianças segundo seu gênero? Ditam normas de acordo com as normas de outras instituições como a família e a escola? As crianças estão se auto-regulando de acordo com essas normas? Onde está a resistência?

A análise se fundamenta nas obras da genealogia do poder de Foucault, as quais “Vigiar e Punir” (1975) e “História da sexualidade – A vontade de saber” (1976), nas quais as questões do poder, da disciplina, do controle, da normalização dos corpos e dos micropoderes aparecem discutidas. Além disso, textos de estudos feministas pós-estruturalistas fundamentam a discussão sobre gênero, como é o caso de Scott (1995).

Para tanto, o projeto seguirá a linha teórica da Análise do Discurso, que propõe a língua enquanto o lugar da materialidade do discurso em efeitos de sentido, em uma relação entre o possível e o historicamente determinado.

O estudo utiliza dados obtidos através de uma revisão de literatura sobre as representações de gênero no brincar, presentes em dissertações de mestrado e teses de doutorado encontradas na internet. Além disso, também tira exemplos de anúncios de brinquedos encontrados no ambiente virtual.

Muitos dos estudos a respeito da infância dizem respeito ao desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo da criança, além de propostas pedagógicas e curriculares e políticas públicas para a infância. Com relação a estudos que tratem da questão do gênero na infância, grande parte da literatura a respeito dessa temática diz respeito a área de pesquisas etnográficas realizadas em escolas e creches, a partir de abordagens pedagógicas e sócio-culturais. A escola destaca-se nesse processo uma vez que, através das práticas pedagógicas e do currículo, providencia as bases para a construção e reprodução das representações de gênero, pensando-se no currículo enquanto “um local onde, ativamente, se produzem e se criam significados” (SILVA, 2002, p. 55).

No entanto, o presente artigo aborda a questão do gênero com ênfase não apenas nas brincadeiras, como também em brinquedos, de maneira que a análise leve a uma breve discussão não apenas sobre o controle e normalização dos corpos, como também sobre a resistência, a partir de uma perspectiva linguística que leva em conta o discurso, quer dizer, especificamente uma perspectiva da Análise do Discurso.

Dessa forma, o estudo poderá contribuir com estudos a respeito das representações de gênero na infância, para além do contexto do brincar, bem como ilustrar questões de poder e resistência abordadas por Foucault.

O artigo se encontra organizado inicialmente como uma discussão teórica a respeito do gênero e das representações de gênero na infância, realizando uma discussão sobre o espaço da brincadeira e dos brinquedos através dos dados obtidos. Em seguida, é realizada uma discussão acerca da questão do poder-resistência e dos dispositivos de controle e normalização, que são parte intrínseca ao tema do gênero.

Identidade de gênero

O tema da identidade está presente em inúmeros estudos de diversas áreas do conhecimento, com as quais os estudos da linguagem mantêm relações estreitas. As identidades são de natureza discursiva, e é a

língua em funcionamento que constitui o discurso, que “não é a língua nem a fala de Saussure, mas situa-se entre elas, em um lugar particular, porém social” (CAZARIN, 2005, p.230).

Justamente “através do uso da linguagem construímos nossas várias identidades sociais no discurso e essas identidades afetam os significados que construímos na sociedade”. (LOPES, 2001, p.326).

Logo, a partir do próprio estudo da linguagem, é possível realizar reflexões a respeito de identidades sociais. E o gênero institui a identidade do sujeito, da mesma forma que a nacionalidade, a etnia, a classe, a idade, etc. O gênero faz parte do sujeito, e a identidade de gênero é todo o discurso que tenta dar conta do que é ser homem e o que é ser mulher.

Muitos discursos traziam a ideia de que a desigualdade entre homens e mulheres se justificava pelas diferentes características biológicas de cada sexo, ou seja, se afirmava e concluía que era a partir da distinção sexual que se determinava os papéis sociais de cada um, apontando o que é próprio do feminino e do masculino, sem que houvesse, em contrapartida, reflexões a respeito da maneira como esses papéis são representados, valorizados e, especialmente, construídos na sociedade. Não se trata de comportamentos naturais do ser humano, e sim de regras de conduta que vão sendo impostas às pessoas desde o nascimento, quando lhes são atribuídos os sapatinhos rosa ou azuis, num processo de bipolarização dos sexos. Foucault, em *História da Sexualidade* (1984), apresenta a sexualidade como produto de múltiplos discursos sobre o sexo - que o normalizam e regulam - e, portanto, como invenção social.

O gênero, então, vale-se de mecanismos que colocam o corpo em um campo político de normalização, visando a utilidade e a docilidade. Trata-se de “[...] uma operação de classificação cultural [...]” (ALBEERNAZ e LONGHI, 2009, p.83).

As questões sexuais, dessa forma, dão espaço às questões de gênero, uma vez que o foco muda do lugar do natural para o lugar dos valores. São valores histórica e socialmente construídos, pensando-se em indivíduos constituídos por meio de relações, considerando não somente o mero ser biológico e empírico, como também sua situação social e histórica.

Aí se encontram as marcas de toda uma estrutura social, que regula o corpo sexuado e constrói as ideias de feminino e masculino, consequentemente abrindo espaço para a constituição de desigualdades e hie-

rarquias. O corpo fica submetido ao que é socialmente aceitável, devendo corresponder às normas criadas para cada gênero. Ele tem significado político, visto que é socialmente construído, e vive sob constante controle.

Os estudos, nessa perspectiva, não aceitam o corpo como uma entidade biológica universal responsável pelas diferenças entre homens e mulheres, mas sim como um construto sócio-cultural e linguístico, produto e efeito de relações de poder. Foucault (1988) afirma que o mecanismo irreduzível de poder é o próprio corpo humano. O corpo é a menor unidade de circulação de poder, é onde o poder que circula na sociedade se inicia.

Assim, os estudos sobre o gênero devem considerar as relações de poder entre mulheres e homens, bem como as diversas formas sociais e culturais que vão constituir-los como sujeitos de gênero. Isso porque o gênero “é o primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1990, p.14).

Gênero na infância: brincadeiras

Muitos grupos de pesquisa e estudos publicados estão se voltando para o tema infantil. As representações sociais sobre as crianças, bem como suas condições de existência, têm passado por significativas transformações. A contemporaneidade aponta para uma pluralização dos modos de ser criança, bem como para a heterogeneização da infância enquanto categoria social geracional, e também para um investimento em novos papéis e estatutos sociais das crianças.

As brincadeiras atraem muito a atenção dos pesquisadores que voltam o olhar para as relações de gênero na infância, visto que o lúdico é um dos elementos norteadores da infância, sendo um dos direitos que devem ser garantidos pela sociedade, pelo poder público e pela família. Tanto que é um direito apontado não só pela Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDC, 1989), mas também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

As brincadeiras em grupo conferem um momento precioso de interação entre as crianças, é o lugar da negociação no qual acontecem processos de recriação e interpretação de significações, uma vez que é possível perceber sistemas simbólicos de representação da realidade, visto que no espaço das brincadeiras está um universo de significações que permite construir a interpretação do mundo real.

As crianças elaboram ideias sobre as relações sociais de sexo em seu meio e atuam umas sobre as outras como delegadas socializadoras, delimitando os espaços simbólicos de convivência próprios aos homens e às mulheres. Nas interações cotidianas no meio infantil, os atores sociais apresentam classificações que atendem aos tipos ideais na definição do que seja o comportamento adequado e esperado de meninos e meninas, reproduzindo as informações transmitidas pelos adultos e iniciando um ciclo em que surgem as construções sociais mais sofisticadas sobre sexo e gênero, sob formas simbólicas de gestos, modos de andar e falar, e brincadeiras de erotização do corpo.

No trabalho *Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças*, publicado em 2006 nos Cadernos Pagu, que se trata de um estudo etnográfico realizado com crianças de 07 a 14 anos de idade de uma comunidade da Bahia. O autor percebeu que as crianças compreendem que têm papéis sociais e de gênero distintos, sobretudo durante as brincadeiras em grupo, quando deixam aflorar as representações dos componentes sógnicos que expressam masculinidades e feminilidades. Ele pôde observar como o momento da brincadeira é expressivo para a presença de representações de gênero. As crianças distinguem meninos e meninas de comportamento desejável, dizem com quem cada um deve andar. Receiam que surjam comentários sobre seus comportamentos – vindos dos adultos e dos próprios colegas – tanto em sentido depreciativo como malicioso.

Já a partir de uma perspectiva da educação, o artigo *A menina e o menino que brincavam de ser...: representações de gênero e sexualidade em pesquisa com crianças*, publicado em 2012 na Revista Brasileira de Educação, aponta que as representações de gênero das crianças evidenciaram atitudes de conformidade às normas sociais e também de resistências e possibilidades de mudanças na construção de ser menino e ser menina.

A pesquisa, realizada com crianças de uma escola pública no Campo Grande/MS, utilizou-se da contação de história do livro *A menina e o menino que brincavam de ser...*, que apontou como as cores rosa e azul tornaram-se marcas identitárias que definem um ideal de masculinidade e feminilidade. A partir de textos criados pelas crianças, observou-se a confirmação de que o menino deve usar o azul e acostumar-se com ele, e a menina, com a cor rosa. A análise ainda levou a crer que há nas falas e condutas dos meninos um controle social mais pronunciado. Eles

seriam mais vigiados e regulados para serem "homens de verdade", denotando que as questões gênero e identidade de gênero estão profundamente marcadas pela identidade sexual.

Para além da escola, outra pesquisa, *Brincadeira no espaço da rua e a demarcação dos gêneros na infância*, publicada em 2009 na Revista Latino Americana de Ciências Sociais, Niñez y Juventud, analisa brincadeiras de crianças na rua, entendendo esta como um dos espaços de sociabilidade infantil.

Através deste estudo, foi possível perceber que as crianças apresentavam, enquanto brincavam, uma segregação tanto dos espaços ocupados como de suas ações, seus corpos. Era nítida a separação entre meninos e meninas, sendo as brincadeiras também consideradas próprias para cada grupo, as masculinas e as femininas.

Gênero na infância: brinquedos

Além das brincadeiras, há também estudos focados nas representações de gênero que utilizam os brinquedos propriamente ditos em suas análises, considerando-se que os brinquedos são objetos semióticos, quer dizer, enquanto artefato cultural são objetos simbólicos da cultura, os quais tornam-se essenciais nos processos de socialização, simbolização e subjetivação.

Os brinquedos representam elementos de práticas sociais, assim como ideologias e sistemas de valores sociais. São tanto objetos para serem manipulados quanto objetos para serem lidos como textos, e, como tal, podem servir a uma análise crítica como base no gênero (PETERS, 2000, p. 37).

O quadro panorâmico de pesquisas que levam em conta os brinquedos considera este como instrumento utilizado para a produção de gênero, uma vez que são utilizados “ativamente na construção de processos identitários dos sujeitos infantis” (BUJES, 2004, p. 206). Logo, os brinquedos em sua dimensão discursiva estão impregnados de produção e imposição de significados.

Bujes (2004, p.206), entende que “[...] o brinquedo e de forma correlata as brincadeiras, enquanto manifestação da cultura vivida, estão envolvidos no processo de produção e imposição de significados. Isto

significa dizer que a cultura, está eivada de relações de poder que pretendem conduzir o processo de representação”.

É assim que Veiga-Neto (2004, p.40) relaciona o brinquedo, enquanto artefato cultural, em uma forma que “está imbricada indissoluvelmente com relações de poder”. Para Bujes (2004):

É, portanto, a cultura que nos permite dar significado ao objeto brinquedo, atribuir-lhe um sentido. E a construção do seu significado se faz no âmbito das práticas discursivas, da linguagem. As representações de brinquedo, preexistentes, num determinado universo cultural terão, portanto, sobre crianças e adultos um forte papel modulador nos significados que estes mesmos sujeitos passam a atribuir a tais objetos (p. 211).

Assim, os brinquedos estão imersos num universo cultural de relações sociais e de poder, e são instrumentos frutíferos de análise de representações de valores, que acabam sendo formadoras de gênero. Então, os brinquedos transmitem conteúdos simbólicos produzidos pela sociedade da qual fazem parte, incluindo representações de gênero.

Para Hall (1997, p. 61), a representação é:

o processo através do qual membros de uma cultura usam sistemas de significação para produzir significado... Objetos, pessoas, eventos no mundo não têm em si mesmos qualquer significado fixo, final ou verdadeiro. Somos nós, em sociedade, que atribuímos significado às coisas e ao mundo que nos rodeia. Os significados, conseqüentemente, irão sempre mudar, de uma cultura ou período para outro.

Dessa forma, os brinquedos representam as significações de como a sociedade se parece: seus papéis (relações de poder inscritas em papéis sociais), suas tecnologias (representação de ferramentas e instrumentos – carrinhos, trenzinhos, computadores e telefones de brinquedo, etc.), suas identidades e práticas sociais.

Em um artigo intitulado *Discurso crítico e gênero no mundo infantil: brinquedos e a representação de atores sociais*, publicado em 2004, os autores analisam brinquedos que representam seres humanos, comunicando significados específicos de gênero, como as bonecas *Barbie* e os *Action man*. Interessante notar que os meninos costumam brincar com os bonecos que representavam ação e aventura, mas nunca com o *Ken*.

Os autores afirmam que os brinquedos são interdiscursivos, visto que são posicionados dentro de discursos múltiplos, sobrepostos e mesmo conflitantes – os discursos da família, da escola e da publicidade, por exemplo. Além disso, têm elos intertextuais com outros meios de comu-

nicação de massa, especialmente com as narrativas clássicas e modernas de todo tipo, como os livros, os filmes e as histórias em quadrinhos.

Outra análise que leva em conta o papel do brincar na formação das representações de gênero na infância é *O brinquedo e a produção do gênero na educação infantil: uma análise pós-estruturalista*, pesquisa realizada em uma creche na Bahia, com crianças de 3 a 4 anos de idade.

A partir da observação da interação das crianças com seus brinquedos, e de perguntas feitas a elas, concluiu-se que as escolhas das crianças pelos brinquedos estão atreladas ao papel que homens e mulheres ocupam na sociedade, em que o universo feminino cabe o cuidado do lar, da família, como também a ênfase a beleza, como por exemplo, brincar com a boneca, o aparelho de jantar, o conjunto de xícaras, produtos de beleza, enquanto aos homens cabe o universo da rua, como dirigir o carro, jogar a bola, atividades que envolvem a força física etc.

Logo, os brinquedos são representativos de traços da cultura, traços que mostram a naturalização dos atributos do ser homem e do ser mulher, em que são cobrados um comportamento “adequado” que é construído na e pela cultura (BROUGÈRE, 1995), a criança que foge a esse padrão tido como o “ideal” é recriminado.

Cabe ainda mencionar a configuração dos anúncios de brinquedos. Em uma rápida pesquisa no ambiente virtual, foi possível perceber que os sites de venda *online* não só dividem os brinquedos em categorias “menino” e “menina”, como também muitas vezes colocam atores mirins com os produtos anunciados. Brinquedos relacionados às tarefas do lar comumente aparecem juntos de figuras de meninas, enquanto armas de brinquedo, carrinhos, monstros, aparecem junto de meninos.

Com isso, é possível entender o quanto as crianças estão sendo bombardeadas de informações sobre o seu próprio corpo, antes mesmo que possuam a maturidade para filtrar e analisar os enunciados aos quais se encontram expostas. A escola, a família, a mídia, enfim, estão presentes para apresentar a norma às crianças, garantindo que estas não fujam do padrão. E as próprias crianças se controlam, em um processo tão violento que ganhou nome: bullying.

Poder e micropoderes

Para Foucault, a questão do poder deve ser entendida como uma relação de forças. Ele aponta três formas de exercício de poder existentes na Modernidade: o poder soberano, o poder disciplinar e o biopoder.

Foucault faz uma trajetória da história do poder, começando pelo poder soberano na Idade Média. O monarca detinha o poder por uma explicação divina, o que lhe conferia um poder acima de tudo e todos. Ele tinha o direito de fazer morrer ou deixar viver o indivíduo.

No entanto, nos séculos XVII e XVIII surge uma outra forma de poder que objetiva não apenas o indivíduo, mas a massa, que é o poder disciplinar. Claro que uma forma de poder não substitui a outra, mas a agrega. É uma forma de poder que se apoia mais nos corpos, para extrair destes tempo e trabalho.

Se antes o corpo era submetido por ordem de um soberano a um suplício físico, gerando um espetáculo de ostentação, com o poder disciplinar há a supressão do espetáculo e uma sistematização do suplício. O sofrimento agora é controlado e quantificado, e atinge mais a vida do que o corpo propriamente dito. O castigo é sobre a alma. E isso por causa de uma economia do castigo, quer dizer, um processo que organiza o sofrimento de maneira que não prejudique o rendimento e produção do sujeito. Aí se encontra uma das mais importantes características do poder disciplinar: a produtividade do poder.

Uma economia do poder é inaugurada nas sociedades capitalistas. Em *Vigiar e Punir* (2003), Foucault mostra que o exercício do poder não se reduz mais à violência, mas é produtivo, transformador e educativo, exercido sob a forma de micropoderes. “Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – (...) penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder” (MACHADO, 2005, p. 12).

Ou seja, o poder não se encontra mais localizado em um único soberano, nem ao Estado, mas as relações de poder se exercem em diferentes níveis da rede social, tanto dentro de instituição como a escola e a igreja, quanto dentro do espaço de uma brincadeira de criança. E é esse o foco que Foucault dá em suas análises, não as formas regulamentares e legítimas do poder, mas o poder em suas extremidades menos jurídicas de seu exercício.

Portanto, é um poder exercido por meio da vigilância e obrigações distribuídas no tempo,

que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. (...) Este novo de tipo de poder, que não deve mais ser transcrito nos termos da soberania, é uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ele foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente; este poder não soberano, alheio à forma de soberania, é o poder disciplinar. (FOUCAULT, 2005, p. 188).

Esse poder é exercido através da disciplina, que se baseiam em regras, a partir de um discurso de normalização que visa a produção de indivíduos politicamente dóceis e economicamente úteis. Logo, a tecnologia do poder disciplinar tem como objeto a sujeição do corpo do indivíduo, para que este seja manipulável. É um poder que realiza um controle sobre vários aspectos do corpo, tais quais os gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos. Isso a partir de métodos que permitem um controle minucioso das operações do corpo, assegurando a sujeição e impondo a relação de utilidade e docilidade que fabricam o tipo de homem necessário à sociedade industrial e capitalista.

O corpo se torna força de trabalho ao ser trabalhado pela dominação política, ao ser adestrado. E os corpos são constituídos como sujeitos pelos efeitos de poder, que é produtivo de individualidades, visto que o indivíduo é produto do saber e do poder. Logo, os sujeitos são produzidos com estratégias de regularização, normalização e controle, a partir da subjetivação criada pelos vários discursos de diferentes saberes na história. O sujeito é constituído por meio de tecnologias de saber, de poder e de si.

Relações de poder nas brincadeiras

A partir da discussão a respeito do poder disciplinar e seus mecanismos de controle, é possível fazer uma reflexão a respeito do contexto da brincadeira.

É o poder quem tem como tarefa a incorporação das características de docilidade e utilidade, e é o homem seu principal objeto. É dócil “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2004, p. 126). E isso através de ferramentas de controle e vigilância, que agem de maneira disciplinadora.

O novo tipo de saber age como uma tecnologia política do corpo que utiliza mecanismos disciplinares em ambientes diversos, tais quais

escolas, fábricas, hospitais, prisões e exército. “A disciplina ‘fábrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (Foucault, 2003, p.143).

É exatamente isso que acontece com as relações de gênero. Os indivíduos nascem e começam a ser modelados, manipulados, de forma que se ajustem à uma norma estabelecida antes mesmo de sua existência. E há os mecanismos disciplinadores que garantem que os indivíduos não serão transgressores da regra maior.

A criança já nasce em um mundo cor de rosa ou azul, de acordo com seu sexo. A própria família começa esse processo de normalização dos filhos. Meninas começam a ganhar bonecas e meninos começam a ganhar carrinhos. Tudo isso almejando os comportamentos padronizados, que são garantidos pela punição dos comportamentos desviantes. A partir da norma, cria-se um mecanismo de coerção: o que não faz parte da homogeneidade, o diferente, é rotulado como anormal, em um processo de exclusão que funciona como disciplina.

A criança diferente começa a sofrer por causa do comportamento do outro em relação a ele. O outro pratica a vigilância e despreza o que não é como ele. O outro atua como controle, para garantir que todos sejam adequados e padronizados. O menino deve ser forte e corajoso, e as meninas devem ser sensíveis e contidas. O corpo do menino deve estar se preparando para o trabalho útil, enquanto o corpo da menina deve estar se preparando para gerar a vida, para os cuidados com os filhos, garantindo a sobrevivência da espécie.

O olhar do outro funciona como mecanismo coercitivo de poder. É a vigilância constante, como no Panóptico de Bentham, onde os detentos vivem sob um espaço de controle totalitário, sendo vigiados por “olhos invisíveis”, de maneira que o Panóptico exerça o poder independente de uma presença física. E o mais interessante é que Bentham não o planeja apenas para prisões, mas também para outros espaços como hospitais e escolas, onde as relações de poder se exercem sem violência.

Como afirma Foucault, “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2004, p. 126). Ele mostra como os micropoderes estão presentes em todo o corpo social, direcionando a conduta dos indivíduos. O corpo social acaba sendo produto de uma coação calculada, visando uma espécie de automatização.

Este poder coercitivo é exercido na sociedade através “de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repelem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral” (Ibid, p.127).

A coerção começa com a imposição de normas, que são expostas ao indivíduo desde sempre, não apenas no comportamento da família, como também em instituições como a igreja, a escola e também por grande parte na mídia.

A criança vê um brinquedo anunciado com imagens de meninas brincando, logo entende que aquele é um brinquedo de meninas, e se vê um menino brincado com este mesmo brinquedo, o torna alvo de zombarias que servem como forma de condenação pelo mau comportamento. É a punição da alma, o suplício que já não precisa tocar o corpo, mas que também é carregada de uma outra espécie de violência.

Exemplo disso é o caso do menino de onze anos que tentou suicídio por causa da desaprovação de sua preferência por brinquedos. A criança gostava do desenho e dos bonecos “My Little Pony”, uma série sobre pôneis unicórnios coloridos, cujo logo é em rosa e roxo.

Esse comportamento considerado fora da norma é desaprovado e castigado no olhar dos colegas, que exercem um poder tão forte a ponto de levarem uma criança a se enforcar.

O corpo está inserido no social e, desta forma, é marcado pelo social. Por isso a tentativa de tentar preservar seu corpo contra a exposição, evitando ser diferente do outro, para se proteger do olhar que condena.

A normalização é o processo que a sociedade moderna assume para garantir o controle sobre os indivíduos, para que sejam preservadas instituições como a família, a religião e mesmo o Estado.

Acontece que algumas vezes as situações podem sair do controle. A disciplina que deveria educar e transformar, acaba voltando para a violência física. Assim aconteceu com o pai que espancou seu filho de oito anos até a morte porque percebia nele tendências homossexuais, como sua recusa em cortar o cabelo.

Porém, há muitos outros casos em que a tentativa é de “recuperação” do indivíduo que foge à norma. O olhar que desaprova, os apelidos

depreciativos, não objetivam a morte – o que se faria perder completamente o objetivo maior de utilidade – mas a reeducação.

Os colegas do menino que gostava dos pôneis cor de rosa não esperavam seu suicídio, mas uma mudança no seu comportamento “anormal”, uma outra escolha de brinquedos.

Os brinquedos representam elementos de práticas sociais, assim como ideologias e sistemas de valores sociais. São tanto objetos para serem manipulados quanto objetos para serem lidos como textos, e, como tal, podem servir a uma análise crítica como base no gênero (PETERS, 2000, p. 37).

São instrumentos utilizados para a produção de gênero, uma vez que são utilizados “ativamente na construção de processos identitários dos sujeitos infantis” (BUJES, 2004). Logo, os brinquedos em sua dimensão discursiva estão impregnados de produção e imposição de significados.

Bujes (2004, p.206), entende que “[...] o brinquedo e de forma correlata as brincadeiras, enquanto manifestação da cultura vivida, estão envolvidos no processo de produção e imposição de significados. Isto significa dizer que a cultura, está eivada de relações de poder que pretendem conduzir o processo de representação”.

É assim que Veiga-Neto (2004, p.40) relaciona o brinquedo, enquanto artefato cultural, em uma forma que “está imbricada indissolivelmente com relações de poder”. Para Bujes (2004):

É, portanto, a cultura que nos permite dar significado ao objeto brinquedo, atribuir-lhe um sentido. E a construção do seu significado se faz no âmbito das práticas discursivas, da linguagem. As representações de brinquedo, preexistentes, num determinado universo cultural terão, portanto, sobre crianças e adultos um forte papel modulador nos significados que estes mesmos sujeitos passam a atribuir a tais objetos (p. 211).

Dessa forma, os brinquedos estão imersos num universo cultural de relações sociais e de poder, e são instrumentos frutíferos de análise de representações de valores, que acabam sendo formadoras de gênero.

Para Roland Barthes (1993, p. 53), brinquedos são um “microcosmo do mundo adulto” e sempre significam alguma coisa:

[...] esta alguma coisa é sempre inteiramente socializada, constituída pelos mitos ou pelas técnicas da vida adulta moderna. Brinquedos representam, basicamente, as instituições de nossas sociedades: o Exército, a Radiodifusão, os Correios, a Medicina (maletas de médico em miniatura, salas de cirurgia para

bonecas), a Escola, o Salão da Cabeleireira (secadores para fazer permanente), o Transporte (trens, Citroens, Vedettes, Vespas, postos de gasolina) e a Ciência (Brinquedos espaciais, ferramentas, etc.).

Observando os textos descritivos de anúncios de brinquedos, é possível notar como frequentemente relacionam brinquedos tipicamente masculinos com relações de poder e super habilidades, enquanto as bonecas representantes do sexo feminino costumam aparecer associadas a profissões e papéis femininos tais quais bailarinas, mães, professoras, enfermeiras, etc.

Enquanto os homens têm a ver com o mundo público e são orientados para a ação, possuindo poderes superiores, o mundo das mulheres, por outro lado, está ligado à domesticidade: as mulheres são avaliadas em termos de valores estéticos e geralmente estão envolvidas com as profissões humanitárias e educacionais.

Os brinquedos e as brincadeiras são veículos de informação da norma vigente na sociedade. O olhar da família, dos amigos e colegas de escola, de Deus, enfim, fazem a vigilância e o controle sobre as crianças, enquanto o bullying serve como disciplina. Fica claro como o poder não se encontra localizado em uma única instância, mas em micropoderes exercidos mesmo por crianças.

Assim, os brinquedos são representativos de traços da cultura, traços que mostram a naturalização dos atributos do ser homem e do ser mulher, em que são cobrados comportamentos “ideais”.

Nesse sentido, o brinquedo tem uma função social e está impregnado de significados e construções que vão sofrendo variações históricas e culturais, visando os disciplinamentos dos corpos para desempenhar papéis “desejáveis” (BROUGÈRE, 1995).

Assim, as crianças vão adquirindo hábitos e perpetuando comportamentos socialmente impostos até mesmo dentro de suas formas de brincar. Mas esses corpos dóceis não oferecem resistência?

A resistência na brincadeira

[...] as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porquê há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De que é mais a

luta perpétua e multiforme [...]. (FOUCAULT, 2003, p. 232).

Segundo Foucault, não há poder onde não há resistência. E a resistência aparece nas lutas que visam a liberdade. Nas lutas contra o se sujeitar ao outro e à si próprio. Luta contra os dispositivos que conduzem e controlam as subjetividades, utilizando saberes e técnicas para conhecer o indivíduo, e, a partir desse saber, controlar sua vida subjetiva, submetendo-o a normas de constituição da subjetividade, que acabam implantando o individualismo através das relações de poder.

No caso das crianças e as relações de poder que ditam conduta de gênero pela brincadeira, onde se encontra resistência?

A resistência está na menina que não aceita o pai deixar só o irmão brincar de bola na rua. Está no menino que pede para ganhar bonecos de pôneis e deixa seus colegas saberem disso. Está na menina que senta no chão para brincar de carrinho e no menino que quer pegar uma boneca no colo e niná-la, sem culpa ou vergonha.

A resistência está na adolescente McKenna que criou uma petição online pela igualdade de gêneros com relação a um forno de assar da marca Hasbro. A garota queria presentear o irmão mais novo no natal e se indignou de encontrar apenas produtos com detalhes e cores considerados femininos, utilizando uma das mais eficientes armas da atualidade: a internet.

Depois de mais de 160 mil visualizações e 45 mil assinaturas, a adolescente conseguiu obter da empresa que faz o brinquedo o compromisso de fabricar o produto nas cores preta, azul e prata, e também de anunciá-lo como um brinquedo que pode ser usado por meninas e meninos.

A resistência está na pequena garotinha, filmada pelo pai, que questiona o sexismo da indústria de brinquedos, se indignando com o fato de meninas só comprarem coisas de princesas enquanto os meninos só compram coisas de super-heróis, já que “algumas meninas gostam de super-heróis, outras meninas gostam de princesas. Alguns meninos gostam de super-heróis, outros meninos gostam de princesas. Então por que todas as meninas tem que comprar coisas cor-de-rosa e todos os meninos devem comprar coisas de cores diferentes?

A resistência está na família que apoia a criança que pensa assim, ao invés de tentar educá-la de acordo com a norma. Está na mãe que não

se apavora quando o filho lhe pede uma boneca, e está no pai que compra um skate para sua filha, se isso for o que ela quiser.

A resistência está presente, tanto quanto as relações de poder, tanto quanto os mecanismos de controle e normalização. Onde há poder, há saber. Onde há saber, há relações de poder. Onde há relações de poder, há sujeitos. Onde há sujeitos, há resistência. Onde há resistência, há liberdade.

Considerações finais

Na configuração da sociedade contemporânea, o poder disciplinar governa todo o corpo social, gerindo, moldando e normalizando condutas. O poder age “tomando os corpos dos indivíduos como alvos e pontos de aplicação, investindo-os e produzindo-os conforme uma ordem moral, social, política, produtiva e normativa capitalista-burquesa” (PRADO FILHO; TRISOTTO, 2008, p. 117).

Os mecanismos utilizados nesse governo do corpo podem ser chamados de disciplina. Esta, “consubstancia-se em dispositivos que, como instrumentos normalizadores, correspondem ao modo peculiar de disposição do conjunto dos meios e das táticas implícitas na organização dos aparelhos de controle e no interior dos mecanismos disciplinares (...)” (MENEZES, 2008, p. 30).

Esses mecanismos atuam em diversas instâncias da vida social, e começam a agir desde a primeira infância. Os brinquedos, enquanto repositórios de valores sociais, podem determinar o modo como a criança vê o mundo, e por isso mesmo funcionam como reprodutores de normas de conduta, especialmente em relação à identidade de gênero.

Nesse sentido, o foco dos estudos deve estar nas condições sociais e culturais que influenciam as relações de gênero conforme se desenvolvem em tempos e espaços particulares. Repensar o uso do brinquedo pelas crianças não significaria inverter os papéis de gênero e suas delimitações em brinquedos, mas sim em poder transitar entre as diversas possibilidades de brincadeiras. Logo, os discursos sobre o brinquedo precisam ser discutidos em seu aspecto de relação com o poder, uma vez há tantos discursos políticos que terminam aprisionando, regulamentando e controlando a criança desde o nascimento.

Não se trata de uma visão negativa do poder, já que este é produtivo, possui positividade. Não visa o suplício, mas o adestramento, através de uma gestão que possibilite a utilidade máxima dos homens. A vigilância sobre os comportamentos dos indivíduos tem seu valor: é ela quem vai possibilitar o conhecimento que está sempre aliado ao poder.

Trata-se somente de refletir sobre essas relações de poder e gênero, para que haja consciência e resistência.

Há muito ainda que se fazer nesse sentido. Cabem discussões que relacionem essas questões com o biopoder e o cuidado de si. Reflexões a respeito da objetivação e subjetivação do sujeito, levando em conta as questões de gênero e da infância. Cabem olhares específicos para os espaços em que ainda há violência contra o “anormal”.

Por enquanto, este artigo termina somente semeando um olhar mais crítico sobre o brincar, que não é tão inocente quanto muitos podem pensar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, L; LONGHI, M. Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, P; LEWIS, L; QUADROS, M. *Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 75-95.

BROUGÈRE, G. *Brinquedo e cultura*. São Paulo: Cortez, 1995.

BUJES, M. Crianças e brinquedo: Feitos um para o outro? In: *Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema*. Org. COSTA, M. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2004.

CAZARIN, E. *O enunciado “eu não tenho medo da mudança” e sua relação com a memória do dizer*. In: *Investigações: lingüística e teoria literária*. Recife: UFPE, V.18, p 227-243, jul, 2005.

FOUCAULT, M. Diálogo sobre o poder. In: *Ditos & escritos: estratégia, poder-saber*. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. v. IV, p. 253-266.

_____. Vigiante e punir: história da violência nas prisões. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. História da sexualidade: a vontade de saber. 18. ed. São Paulo: Graal, 2007. v. 1.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Poder e saber. In: Ditos & escritos: estratégia, poder-saber. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. v. IV, p. 223-240.

MILLER, J. A máquina panóptica de Jeremy Bentham. In: BENTHAM, J. et al. *O Panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

NUNES, C; SILVA, E. *A educação sexual da criança: polêmicas do nosso tempo*. Campinas, SP: Autores associados, 2000.

PETERS, M. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

QUEIROZ, A. *Foucault, o paradoxo das passagens*. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.

SARMENTO, M. Gerações e alteridade. *Educação e Sociedade*, Campinas, CEDES, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 2, n. 20, jul/dez. 1995.

SILVA, T. *Documentos de Identidade: uma Introdução às Teorias do Currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

RAGO, M. VEIGA-NETO, A. (org) *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.